

**KETU LEMBRADO:
A PERSISTÊNCIA DA CULTURA E DA HISTÓRIA IORUBÁ
NO MUNDO ATLÂNTICO**

SEMLEY, Lorelle D. *Mother is Gold, Father is Glass: Gender and Colonialism in a Yoruba Town*. Bloomington: Indiana University Press, 2011. 256 p.

O Estado iorubá de Ketu é um importante, mas negligenciado, assunto na historiografia africana, que Lorelle Semley aborda com graça e habilidade em seu estudo interdisciplinar dos fenômenos de gênero e poder. Ela aborda o assunto mediante um tratamento cronológico e temático - tecendo sua consideração central de gênero através de temas que incluem o comércio atlântico de escravos e as estruturas do reino, o colonialismo francês, as suas implicações para a família africana, o pós-colonialismo e o desenvolvimento de uma economia monetária ligada aos entrepostos costeiros. O foco é também ousadamente atlântico, na medida em que Semley explora a relação de Ketu com o Brasil, bem como os universos religiosos do Islã, do cristianismo e dos orixás que informam as experiências de seus personagens em uma ampla diáspora. A narrativa é academicamente rigorosa,

além de comovedoramente pessoal, e utiliza resultados de pesquisas de campo e em arquivos, coletados em quatro continentes com o uso de, pelo menos, quatro línguas.

Talvez não surpreenda que Ketu seja um tema negligenciado. Localizado entre os estados rivais de Oyó e Daomé, mas confinado nos territórios de língua gbe sob o domínio do último, Ketu foi alvo da guerra daomeana a partir do final do século XVIII. Apesar de defesas formidáveis, a cidade foi destruída pelos daomeanos em 1886 e seu povo morto ou escravizado – os daomeanos tentaram destruir a cidade e sua história, como os romanos em Cartago. Uma década depois, a fixação aleatória de limites coloniais colocou Ketu sob controle francês. Embora os franceses tenham fomentado o restabelecimento da cidade, por uma questão política eles pouco fizeram para apoi-

ar as chamadas autoridades tradicionais. Enquanto isso, os estudiosos anglófonos, principalmente da cultura iorubá, concentraram suas pesquisas na rica continuidade histórica dos iorubás residentes do outro lado da fronteira, na Nigéria. Às voltas com os laços de parentesco rompidos pelo exílio no Brasil e o retorno à África, com a perda de narrativas orais, a ausência de continuidade nos textos escritos e a relativamente escassa atenção acadêmica a Ketu, Semley sabiamente se concentra onde o povo de Ketu se fez presente, transformando assim seu foco em algo mais amplamente atlântico e provendo seus leitores com percepções baseadas em um rico quadro cultural.

Por meio de capítulos temáticos, Semley concebe seu argumento geral em torno de alguns princípios básicos que possibilitam unidade e compreensão. No prólogo, ela explora demoradamente o provérbio que está no título - *mãe é ouro, pai é vidro* - e usa-o com habilidade para criar um modelo para a tensão dinâmica entre os sexos na cultura iorubá, preparando seu leitor para as movediças ambivalências e contradições nas atitudes iorubás - e mais tarde francesas - relativas a gênero. Um segundo e importante tema unificador é a noção de “maternidade pública”, que ela toma emprestada de Chikwenye Ogunyemi. Semley estende o conceito para além da ideia de nutrição de Ogunyemi para enfatizar o poder simbólico que reconhece, mas

também desafia o poder dos homens. Uma das inovações do livro é a capacidade de Semley de traçar relações entre mães e pais reais e simbólicos através de uma série de configurações temáticas. A análise é informada também por considerações da teoria feminista - nos Estados Unidos e na África, e entre feministas brancas e negras. Semley oferece uma história de gênero de Ketu, na qual ela equilibra considerações sobre mulheres com análises sobre homens e a masculinidade.

O Capítulo I contrasta caçadores e mães na fundação de Ketu, na medida em que Semley lida com mitos de origem, mobilizando narrativas orais e documentos históricos europeus para montar um fluido e convincente argumento de Ketu como sociedade multicultural que é, na base, iorubá, mas incorpora diversas etnias e religiões. Em toda parte, cuidadosa e convincentemente levanta questões sobre os limites do poder, sobre os paradoxos de uma cultura de dominação masculina em que as mães, no entanto, são poderosas e os pais vulneráveis. O capítulo é também um ensaio historiográfico em que Semley coloca estudiosos ocidentais, historiadores orais africanos, compositores de *orikis* (poesia laudatória iorubá), e autoridades coloniais francesas em contextos em que as suas perspectivas específicas são esclarecidas. E seus comentários sobre as dificuldades de interpretação são perspicazes.

O segundo capítulo compara pa-

drões de gênero nos dois poderosos Estados - Oyó e Daomé - que ladeavam Ketu. Embora seja claro que as similaridades entre aqueles reinos sugeriram padrões parecidos de ocupação de cargos públicos para mulheres e homens em Ketu, Semley resiste à tentação de especular, deixando o leitor intrigado com a probabilidade de que existissem em Ketu cargos sexualmente distribuídos já perdidos do registro pela a memória oral.

O Capítulo 3 considera a integração, em meados do século XIX, de imigrantes muçulmanos na sociedade de Ketu, explorando como laços de matrimônio e de clientelismo permitiram a homens e mulheres negociar suas posições, apesar da vulnerabilidade do *status* de estrangeiro e da concorrência com missionários cristãos. Uma leitura atenta de registros documentais permite a Semley fazer a provocativa sugestão de que homens muçulmanos que se casaram com mulheres de Ketu não controlavam sua descendência - um padrão semelhante ao casamento com estrangeiros em outras áreas da África Ocidental. Aqui Semley também aborda o difícil problema do que poderiam ou não ter sido os padrões das atividades femininas dentro da casa do rei.

O Capítulo 4 é uma avaliação importante de dois casos de mulheres poderosas de Ketu, Alaba Ida e Yá Segen, investidas de autoridade colonial na segunda década do domínio francês. Suas histórias encontram

paralelos em sociedades do Oeste africano num momento em que tanto os administradores britânicos quanto os franceses delegaram poder, seletivamente, a mulheres numa tentativa de minar o que eles viam como elites masculinas tradicionais rebeldes. Semley coletou relatos fascinantes das ações e da reputação das duas e desgraça quando falharam na negociação de uma trajetória impossível entre demandas francesas e expectativas africanas. Aqui Semley levanta pela primeira vez questões, que são perseguidas em profundidade no capítulo seguinte, sobre a mudança nos conceitos metropolitanos franceses de feminilidade e de família, e como eles afetaram as políticas públicas no cenário colonial.

O confuso e confundido entrelaçamento de ideias francesas e iorubás sobre o casamento, o papel das mulheres e a modernização na metade e no final do período colonial é o assunto do Capítulo 5. Nele Semley revela equívocos franceses sobre família africana e leituras errôneas dos temas da escravidão e da emancipação, ansiedades francesas sobre população, projetadas sobre as colônias, ideias cambiantes sobre a necessidade dos sujeitos coloniais “assimilarem” ou “se associarem” à cultura francesa, e antigas obras sociológicas africanas sobre casamento e cultura que contrastavam com o que se tornou estudos missionários clássicos sobre as mulheres africanas. Semley acrescenta à mistu-

ra a imaginada “deterioração” do casamento em meados do século XX, tal como concebida pelos cidadãos contemporâneos de Ketu.

Este enfoque no casamento e na “posição” das mulheres é complementado com o enfoque sobre a masculinidade e as tensões entre gerações, no mesmo período, no Capítulo 6. A percepção dos homens como portadores da “civilização” para Ketu, por meio das atividades de contrabando, abre o caminho para uma análise de diferentes conceitos franceses a respeito dos homens africanos e europeus enquanto maridos e pais, no final do período colonial. O foco está na economia e em como mudanças nos modos da atividade econômica transformaram as relações conjugais, as expectativas e percepções do homem assalariado. Conforme Semley move, impecavelmente, seu foco através do espectro do Ketu local e o Daomé nacionalista, a política no período refletiria as lutas em torno do mérito relativo entre “chefes” politicamente centrais e elites ocidentalmente educadas.

O Capítulo 7 é uma abordagem bem original das ligações de Ketu com o Brasil e, especificamente, com Salvador, Bahia, onde várias casas de candomblé reclamam descendência direta de Ketu. Semley integra ideias de maternidade pública e de realeza à relação entre Ketu e Brasil através da invocação das figuras do admirado etnógrafo e fotógrafo Pierre Verger,

iniciado como sacerdote de Ifá em Ketu, e de sua “mãe”, a sacerdotisa do candomblé, Mãe Senhora. As ligações são simultaneamente míticas e reais, com ênfase no ponto inicial de Semley sobre relacionamentos reais e simbólicos entre homens e mulheres, pais e mães. O domínio de Semley da literatura sobre sistemas religiosos de origem africana no Novo Mundo é impressionante. Ela faz distinções cuidadosas no uso de Herskovits, de Landes e das teorizações de outros destacados estudiosos da mudança cultural nas Américas.

O livro termina com uma eloquente varredura retrospectiva ancorada na história da renovação democrática e da primeira mulher prefeita de Ketu. A autora deixa o leitor não só com maior compreensão da história de gênero da Ketu de língua iorubá, mas com uma apreciação mais profunda e universal para a criação negociada da história através, não simplesmente de eventos, mas de imagens, percepções e relações de poder em níveis local, nacional e internacional. Em suas mãos, as lições do processo histórico, paradoxalmente, se tornam mais complexas e mais claras. Semley fornece a estudiosos uma importante contribuição para a bibliografia sobre a história africana e iorubá, sobre gênero e sobre o mundo atlântico.

Edna G. Bay
ebay@emory.edu

Emory University

Tradução Mariângela Nogueira